



Cultura jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses no período de 1951 a 1962

Nilsângela Cardoso Lima¹

RESUMO

Há algum tempo os jornais impressos têm sido utilizados como uma fonte de pesquisa privilegiada pelos estudiosos das diferentes áreas do conhecimento. Um dos motivos que impulsionam os pesquisadores a buscar essas fontes é a riqueza do material, considerando que neles é possível visualizar um arsenal de informações e uma variedade de conteúdos sobre a *realidade* social, econômica, política, cultural etc. Mesmo que a *realidade social* representada pelo discurso jornalístico não seja uma *mimese* do acontecido, o jornal impresso é um veículo importante para a obtenção da informação atualizada pelos leitores e empregada como documento para a reconstrução do passado numa investigação científica. Assim, através da leitura das matérias jornalísticas publicadas nos jornais *O Dia* (fundado em 1951), *A Cidade* (1951), *Jornal do Piauí* (1951) e *Folha da Manhã* (1958), locados no Arquivo Público do Piauí, e do aporte teórico selecionado é que se delineou o tema de pesquisa do doutorado que tem por objetivo compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas nos jornais impressos de Teresina nos anos de 1951 a 1962, período em que, no Piauí, os órgãos de imprensa ainda mantinham ligações muito estreitas com os partidos políticos. Partindo do exposto, o presente trabalho tem por interesse fazer uma análise sobre as instituições e as práticas jornalísticas em Teresina nos jornais *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã*, no período de 1951 a 1962, tendo como objetivo compreender quem eram os jornalistas à época, sua formação e em quais instituições jornalísticas trabalhavam, uma vez que os jornalistas circulavam pelas redações dos jornais impressos de mesma opinião política e também pelas emissoras de rádio; analisar quais foram os valores-notícia eleitos pelos jornalistas, considerando que sua(s) atitude(s) (políticas, sociais, culturais e religiosas) é(são) fator(es) determinantes no processo de produção das notícias e compreender como um grupo de intelectuais que atuavam nas redações dos jornais impressos de Teresina foram se constituindo enquanto um grupo social - os jornalistas - e que reivindicam um monopólio do saber - a notícia - veiculando informação através da imprensa e se definindo/constituindo de acordo com as marcas políticas do jornal e da própria vinculação destes aos partidos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornal. Política. História. Comunicação. Piauí.

Introdução

Os anos cinquenta do século XX marcam mais um período de crescimento para a imprensa escrita em Teresina. Neste período, entram em cena novos jornais com interesse de apresentar ao público leitor os mais diferentes acontecimentos da vida econômica, social e cultural ocorridos em nível local, nacional e internacional, fixando um olhar especial para a

¹ Professora do Curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Mestre em História do Brasil pela UFPI. Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Marocco.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁR

política. Dentre os jornais, viu-se despontar *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã*.

Seguindo linhas editoriais diferenciadas, esses jornais surgiam com o atributo de desempenharem o papel social da imprensa com vistas a atender a necessidade humana de obter informações. Dentre os mais diferentes interesses da imprensa periódica cinquentista de Teresina, estavam o de informar sobre a atualidade, o de levar ao conhecimento público os fatos, o de emitir opinião sobre a realidade construída etc., constituindo-se em “instrumentos indispensáveis para o exercício do jornalismo.” (MELO, 1985, p. 9).

O interesse em pontuar o início da pesquisa e a análise do material empírico no início da década de 1950 não foi aleatório. Por um lado, o recorte temporal foi definido em virtude de os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* terem nascido em meio à efervescência política estabelecida entre os dois maiores partidos do Estado, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), momento político em que ocorreu uma virada partidária no Governo do Piauí. O pessedista Pedro de Almendra Freitas alcançou vitória nas urnas, elegendo-se o novo governador do Piauí, ao derrotar seu opositor Eurípedes Clementino de Aguiar, candidato pela UDN. Esta mudança provocou uma reconfiguração nas relações dos políticos com a imprensa e dos próprios jornalistas no âmbito da produção das notícias.

Por outro lado, as questões teóricas e metodológicas, eleitas para este estudo, têm por objetivo compreender a formação dos órgãos de imprensa em Teresina, não apenas como instrumentos de poder, mas como práticas discursivas que se inscrevem sobre si. Ou seja, pretende-se analisar como, através do discurso jornalístico e da crítica das práticas, os jornais iam se constituindo enquanto instituições jornalísticas e seus redatores como jornalistas na busca de legitimidade e credibilidade frente ao leitor, sobretudo, considerando que alguns dos jornais declaravam-se nitidamente políticos partidários. Portanto, a teoria e a metodologia adotadas para a compreensão das relações de poder e das práticas jornalísticas é a da análise do discurso. A par da ampla discussão teórica sobre a análise do discurso, dar-se-á preferência aos conceitos elaborados por Michel Foucault, tais como: discurso, poder, práticas discursivas, formação discursiva, regimes de verdade, por exemplo, na tentativa de compreender como se deu o uso dos jornais no campo das disputas pelo poder no discurso e a “[...] compreensão dos próprios jornalistas sobre os controles discursivos que afetam as práticas de produção de notícias” (MAROCCO, 2010). Bem como, são utilizados alguns

conceitos propostos por Pierre Bourdieu (2006; 2005), sobretudo, no sentido da relação entre os campos político e jornalístico, bem como a noção de poder simbólico.

Assim como em outras regiões do Brasil, o período temporal se revela como um momento em que os jornais de Teresina vão se estabelecendo enquanto dispositivos institucionais que permitem a constituição de um *saber* jornalístico que aparece e vai se definindo em concomitância com as *práticas discursivas* e *não discursivas*. Deste modo, entendendo que a prática é a experimentação do saber, dialoga-se com o filósofo Michel Foucault (2010, p. 204), para quem o saber é:

[...] esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar um lugar, pode-se chamar saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não status científico [...]; um saber, é também um espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. [grifos do autor]

Partindo do pressuposto de que não existe saber sem uma prática e de que toda prática discursiva pode ser definida pelo saber que ela forma, é que se pretende apresentar como se configurou o saber jornalístico em Teresina nas décadas de 1950-60, considerando que alguns jornais vão sendo criados neste período e se constituindo enquanto um *lugar* de fala autorizada, cuja produção do discurso é controlada, organizada, selecionada e redistribuída, segundo regras e procedimentos de controle internos e externos, que estabelecem *verdades*, ou carregam uma *vontade de verdade*.

1 Os jornalistas, as notícias e a cultura jornalística dos profissionais da imprensa escrita de Teresina (1951 a 1962)

No Piauí, não muito diferente da realidade brasileira da mesma época, desde a instalação das primeiras tipografias, ainda no século XIX, a função de jornalista foi ocupada por militantes políticos. De acordo com Ana Regina Rêgo (2001), os primeiros jornalistas piauienses pertenciam aos grupos familiares de condição socioeconômica privilegiada, mesmo grupo social que detinha o poder político local. E, sendo a educação um privilégio de poucos, a atuação do jornalista restringia-se aos filhos da elite que tiveram a oportunidade de

concluir os estudos fora do Piauí ou do Brasil, formando-se bacharéis, geralmente, em Direito ou Medicina.

Aguçados pelo interesse de fazer circular suas ideias, alguns jovens bacharéis ingressaram nos jornais do Piauí para o exercício da escrita e da política. Aqueles que se engajavam, ou não, em cargos políticos a fim de exercerem o poder, poderiam ainda exercitá-lo através da escrita. Políticos, literatos, poetas, intelectuais, bacharéis, professores escreviam as notícias publicadas nos jornais editados nas décadas de 1950 e 60, em Teresina. Os primeiros profissionais do jornalismo no Piauí, o fizeram de modo experimental. Na prática da produção das notícias, da publicação e na busca de leitores é que foram aprendendo a fazer jornalismo.

Assim, em Teresina não apenas os bacharéis como os (ex-)estudantes secundaristas do Liceu Piauiense ocuparam a função de produzir discursos nas instituições jornalísticas. Deste lugar institucionalizado, quando lhe sobravam tempo e espaço no jornal para críticas que não fossem somente de cunho político partidário, exercitava o conhecimento humanístico e filosófico aprendido na faculdade, bem como o conhecimento sobre gramática e ortografia apontando os possíveis e visíveis erros de português cometidos pelos redatores dos jornais.

Muitos jornalistas, intelectuais de formação acadêmica, faziam uso da imprensa local para estabelecerem conceitos, dentro dos critérios de regularidades do lugar institucional de onde falavam. Assim, escrevendo matérias jornalísticas da redação de um dos jornais *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e/ou *Folha da Manhã*, os jornalistas faziam dos órgãos a tribuna para enunciar sentidos para se qualificarem como intelectuais, ao mesmo tempo em que desqualificavam o *outro* através do discurso. As práticas jornalísticas e as disputas de sentido materializadas no jornal apontam diretrizes para a objetivação do sujeito que, deste ou daquele jornal e da posição partidária que ele ocupava no jogo político do Piauí nos anos 1950 e 1960, separavam, dividiam os sujeitos uns dos outros. Esta separação, muitas vezes era feita através do *epíteto* de intelectual.

Considerando que o jornalismo é um trabalho intelectual e que os jornalistas detêm poder proporcional ao seu capital simbólico, em Teresina os jornalistas travavam uma batalha discursiva nas páginas dos jornais *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã* sempre que notavam qualquer erro na grafia de um articulista. Sendo a escrita um valor indispensável para um bom profissional do jornalismo, o conhecimento linguístico do

articulista denotava a posição de intelectual, caso contrário seu status poderia ser colocado em xeque.

A matéria jornalística era amplamente consumida por intelectuais e políticos, que, no exercício da função de jornalista, se davam ao trabalho de lê-los para atentar ao que se publicava sobre os aspectos socioeconômicos, político e cultural do Piauí, como também de suas próprias práticas. E, uma vez que os intelectuais e/ou políticos ingressavam na profissão de jornalista e assumiam o papel de intermediário das facções políticas, agiam de acordo com um conjunto de regularidades organizadas pelas instituições jornalísticas que se estruturavam como instituições disciplinares que atuavam como dispositivos de poder (FOUCAULT, 1975).

Segundo Traquina (2008), a compreensão das notícias implica um conhecimento da cultura jornalística. Não é possível compreender porque as notícias são como são sem uma compreensão dos profissionais que são *agentes* especializados do campo jornalístico, como propõe Pierre Bourdieu (1998). Partindo deste intento, pretende-se compreender como um grupo de intelectuais, que atua nas redações dos jornais impressos de Teresina se constituiu enquanto um grupo social - os jornalistas - e que reivindica um monopólio do saber - a notícia - veiculando a informação através da imprensa e se definindo/instituindo de acordo com as marcas políticas do jornal e da própria vinculação destes aos partidos políticos.

De acordo com Pierre Bourdieu, a atividade jornalística deve ser entendida dentro de um campo intelectual, um campo do saber. Isto implica dizer que a atuação dos profissionais *do e no* jornalismo é feita segundo a vigência de normas próprias de um saber especializado. Neste mesmo sentido, Nelson Traquina argumenta que, para alguns teóricos, como, por exemplo, os que são filiados à teoria democrática, a competência dos jornalistas é a de fornecer informação à sociedade através das notícias.

A partir desta competência, trava-se uma discussão em torno da identidade profissional dos jornalistas que perpassa a ideia de definição das fronteiras do campo e da exigência de um conjunto específico de normas de conduta e da existência do código deontológico que regulamente a profissão. Para Rémy Reiffel (apud TRAQUINA, 2005, p. 118), a identidade profissional que foi se delimitando para o jornalista esteve ligada a papéis sociais definidos na “[...] satisfação de um mandato pela sociedade (informa melhor possível os cidadãos) e na valorização de um saber e de um saber-fazer.” Entretanto, o saber e o saber-fazer pensado por Rémy Reiffel podem ser pensados apenas em torno do saber como concebe

Michel Foucault, para quem o saber e a prática se constituem simultaneamente. Nesse sentido, o filósofo não dissocia o saber da prática.

Com o ultimato de atuarem como “servidores do público”, em um determinado período, os jornalistas piauienses na ocupação de papéis sociais específicos consideraram que deviam agir como guardiões do poder ou cumpridores da missão moralizadora e civilizadora da imprensa, sobretudo, quanto ao desempenho dos políticos e sua responsabilidade com a sociedade. Assim, um *ethos*, uma identidade social e profissional se esboçava a partir da compreensão de como *deve ser* o jornalista e como *estar* no jornalismo, conforme acentua Nelson Traquina (2005, p. 118). Pensando o jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX, Marialva Barbosa (2007, p. 164) afirma que “o *ethos* profissional do jornalista desenvolveu-se na esteira do papel de intermediário possível (e outorgado) entre o poder e o público.”

A definição de como *deve ser* o jornalista e como *estar* no jornalismo faz parte de uma cultura profissional constituída de acordo com valores e regras determinadas, tanto pela instituição jornalística como pelas normas de conduta do profissional. Na década de 1950, na falta de um código deontológico elaborado para consulta e o entendimento do conjunto de regras da profissão, pode-se observar que, além das regras apresentadas pelo diretor do órgão, algumas normas foram instauradas pelos próprios jornalistas na redação, uma vez que, através das práticas discursivas apresentam padrões indispensáveis ao profissionalismo, como assinala Marialva Barbosa (2007).

Em Teresina, os jornalistas das décadas de 1950 e 60 através da reivindicação de uma prática jornalística objetiva, neutra e ética, para atingir grau de verdade, instituíam ao mesmo tempo uma identidade profissional. A produção discursiva e simbólica de uma identidade profissional para o jornalista ganhou existência verbal nas páginas de muitos periódicos, cujas marcas, registradas nas notícias, possibilitam a análise. Assim, concebendo o discurso jornalístico como um dispositivo capaz de construir valores, conceitos e normas profissionais, é que os jornalistas fizeram uso de colunas nos jornais *O Dia*, *A Cidade*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã*, para enunciar que práticas deveriam, ou não, ser adotadas por eles.

No exercício do poder de fala autorizada, na edição de 1 de fevereiro de 1953, do jornal *O Dia*, o redator Cunha e Silva constrói um discurso onde apresenta subsídios necessários para o jornalista enquanto profissional da imprensa piauiense:

O Jornalista**Cunha e Silva**

[...] O assunto que escolhi para este artigo é bem sugestivo no momento em que se vêem jornalistas de nossa terra, uma vez por outra, ameaçados de prisão e processados, como se, no Piauí, houvesse jornal político a dar exemplo de moderação na linguagem. Escrever um jornal para elogiar os poderosos e bater palmas a todos que cometem erros na vida pública não é missão do verdadeiro homem da imprensa, não é função daquele que se preza em ser jornalista. O jornalista exerce a função mais espinhosa no seio da comunhão social, desde que sua pena esteja sempre a serviço das causas nobres e justas, desde que sua pena não se quebre diante da força e do arbítrio daqueles que não querem ser criticados e admoestados, quando praticam injustiças e erros nas funções públicas que ocupam, ou senão quando exercitam quaisquer atividades nocivas à coletividade e ao progresso social. Para não censurar os atos condenáveis dos que estão no poder e deixar em **brancas nuvens** [grifos do autor] as desonestidades dos que querem enriquecer às custas da desgraça alheia, não havia necessidade de jornal nem de jornalista, porquanto ao povo não interessam elogios imerecidos ou apologias insinceras dirigidos a quem quer que seja.

Interessa ao povo é a verdade dos fatos, é o esclarecimento de ocorrências condizentes ou não com o bem-estar coletivo, é o esvurmar de sujeiras na vida pública, é a defesa dos que são vítimas de injustiças sociais.

A não ser assim, o jornalista trai miseravelmente sua profissão, é um desertor da nobre carreira que abraçou, semelhante ao soldado que, do campo de batalha, foge, apavorado e trêmulo. Por medo ou covardia, ou porque não resiste às seduções do suborno, o jornalista, que se opõe aos interesses populares, cai no descrédito público, levando de roldão o jornal que dirige ou colabora. O povo detesta o jornalista covarde, o jornalista que se curva às ameaças daqueles que são contrariados em suas opiniões ou sofrem justas críticas pelos seus deslizes de sua vida pública ou por mal que causam à coletividade. É verdade que a vida do jornalista é agitada e cheia de perigos, mas, em compensação, goza de prazer espiritual quando vê o triunfo das causas que defende; e se, por ventura, tiver a sorte de Líbero de Badaró, a posteridade o consagrará com mártir da liberdade. (SILVA, Cunha e. O jornalista. *O Dia*. Teresina, 1 fev. 1953, ano II, n. 105, p. 1)

Inserido no contexto cultural do jornal *O Dia*, automeado de independente, noticioso e político, Cunha e Silva coloca em evidência determinados padrões e critérios a serem adotados pelo jornalista na função de produtor do discurso jornalístico e a incumbência de publicar a verdade dos fatos. A ideia de verdade dos fatos é atravessada pelo desejo de imparcialidade no jornalismo, considerando que os demais jornais que circulavam em Teresina na mesma época se acusam como partidários em defesa dos interesses dos grupos políticos do PSD e UDN. Daí a referência às práticas de “traição à profissão”, “subordinação” e “covardia” dos jornalistas que se empregam a fazer apologia ao poder executivo estadual e municipal, e não propriamente à função de defender os interesses da coletividade. A crítica apresentada pelo redator Cunha e Silva, apreende as práticas jornalísticas que ajudam a construir e forjar uma identidade profissional para o jornalista, mas também apresenta as diferenças entre a identidade do jornalista que atua numa imprensa independente e daqueles

que se mantêm subordinados a políticos em defesa dos interesses do grupo e/ou de particulares.

Segundo Marialda Barbosa (2007, p. 84), em meados do século XX, os jornalistas se autodefiniam como os detentores da informação e, por isto, definidores das manobras políticas. Com este discurso particularizavam uma identidade ao grupo social, aproximando a profissão à ideia de sacrifício e missão política e social. Da redação dos jornais, os redatores constituíam distinções entre as práticas jornalísticas *daqueles* que estavam vinculados aos órgãos que sobreviviam dos subsídios dos partidos políticos, de políticos ou do governo, dos *outros* que “[...] forjam uma autoidentidade na esteira da propalada independência política”.

Para autora, os discursos jornalísticos de construção de uma identidade para os profissionais relacionada à objetividade, neutralidade e imparcialidade são oriundos das transformações vivenciadas no âmbito da imprensa brasileira na década de 1920. Visto que se, por um lado, buscava a autonomia do jornalismo em relação à literatura; de outro lado, a imprensa ainda mantinha relações estreitas com o poder político. Portanto, a construção de uma identidade do profissional do jornalismo como intérprete objetivo do mundo, só pode ser analisada dentro dessas condições históricas. Esta relação entre imprensa e política é explicada pelo modelo de cultura profissional desenvolvida pelos jornalistas, a quem foi atribuída a tarefa de intermediar os temas políticos para um público que deseja a informação, bem como de dar visibilidade aos interesses de alguns grupos sociais que querem ser incluídos no mundo da política e ganhar prestígio através do jornal.

No Piauí, entretanto, os jornalistas vinculados ao jornal *O Dia* não só buscavam a autonomia em relação à literatura, como advertiam para os perigos da industrialização da imprensa:

***Nos Bastidores da Política
Do idealismo à Industrialização
Rajá-Mi***

Vai longe a época em que a Imprensa, na sua acepção mais rigorosa, era um viveiro de idealistas e poetas.

Aquela era do panfleto do “Frei Tiburcio” e também do pasquim encontra-se, perfeitamente, superada. Hoje em dia, o jornalista, por força das contingências econômicas e financeiras, não pode ser mais o Dom Quixote, ardoroso e incontrolável, o intelectual vaidoso dos bons tempos do Império e do começo da República. Aquêles mesmíssimos plumitivo que batia, sem maiores preocupações, o seu “papo”, revivendo proezas, com os diletantes da vagabundagem, no boteco da esquina, mais próximo da redação. [...]

Evidentemente, hoje em dia, em proporções menores – graças a Deus! – ocorrem, ainda, êsses atentados à pessoa física do jornalista. [...]

Hoje, o fantasma maior, o espectro que atormenta, em noites de insônia, o homem de imprensa, é o problema financeiro.

Fazer jornal, neste século atômico, é, antes de tudo, problema de dinheiro, de muitos recursos financeiros.

A industrialização, com a corrupção a reboque, se fez inevitável. Jornais há que vendem, a preços nababescos e extorsivos as suas colunas. Outros, usam o panfleto, a título de gazua e a calúnia, como arma de assalto.

No entanto, ainda sobrevive, com galhardia e estoicismo, a boa imprensa. Esta, mercê do acrisolado amor à causa pública dos seus mentores, atravessa crises tremendas, sem chafurdar nas práticas dos processos mais indecorosos e revoltantes. [...]

(RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. Do idealismo à industrialização. *O Dia*. Teresina, 13 dez. 1953. Ano III, n. 150, p. 1)

Deste modo, se o articulista Cunha e Silva já advertia os redatores para o seu papel como profissional do jornalismo piauiense e para o exercício da *função mais espinhosa no seio da comunhão social*, o articulista de pseudônimo Rajá-Mi reitera a posição de que a imprensa não pode ceder aos caprichos da industrialização, que ele entende como subordinação do veículo, a partir da venda do espaço do jornal, para práticas que não condizem com a ética profissional. Assim, por considerarem que o jornalista enquanto guardião da sociedade que tem o papel social de apresentar os erros administrativos de políticos que levam vantagens em relação ao povo, afirmam que a imprensa deve ser um meio utilizado para o cumprimento do exercício da cidadania e da coletividade. O jornalista, portanto, não deve se curvar frente às ameaças políticas e às censuras que inibem a escrita daquele que, adquirindo *status* na imprensa, ocupa um “lugar institucional que lhe permite enunciar verdades dos acontecimentos de forma oficializada” (BARBOSA, 2007, p. 162), como também imputar normas, padrões de comportamento na imprensa, conceitos, construir identidades.

Nos primeiros anos da década de 1950, as práticas discursivas materializadas no jornal *O Dia* sobre o papel da imprensa e do jornalista indicam a busca dos jornalistas em construir uma identidade para o jornal e, por extensão, para os profissionais empregados no órgão de imprensa que se define como independente da subordinação político partidária. Através do discurso, os jornalistas demarcavam as fronteiras entre os jornais, entre as práticas jornalísticas realizadas por *uns* que se constituem em verdadeiras bandeiras do idealismo da imparcialidade e do trabalho honesto e, até mesmo, heroico, pelas dificuldades de expressar pensamentos e emitir opiniões, e há *outros* que, movidos por interesses subalternos de seus proprietários, colocam de lado os princípios que devem nortear uma “boa imprensa”, para se transformarem em meros intérpretes das ambições políticas de seus donos ou dirigentes.

Devido às diferenças político partidárias dos órgãos de imprensa de Teresina, na década de 1950 e 60, o comportamento dos jornalistas foi o de enfatizar as diferenças entre as linhas editoriais dos jornais e demarcar as fronteiras existentes entre eles. Se a prática discursiva d'*O Dia* o autodefinia com um jornalismo em vias de modernização de suas práticas, por ser independente e noticioso, isto fazia com que se diferenciasse dos demais órgãos que também surgiram em 1951, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, que, além de praticarem um jornalismo opinativo, se autodefiniam como jornais de interesses políticos partidários da UDN e PSD, respectivamente.

Entre estes dois jornais, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, as lutas pela representação simbólica de suas práticas jornalísticas se travaram de forma mais acentuada. O primeiro se autodefinindo como udenista e o segundo como pessedista estendiam as querelas partidárias para a produção simbólica e discursiva da prática do *outro* com interesses de diferenciar, classificar e fixar uma identidade para o *outro*.

No caso d'*A Cidade*, enquanto se estruturava em Teresina como uma instituição jornalística, um redator apresenta na edição de 19 de outubro de 1951 a posição partidária do jornal aliada ao dever de manter a vigilância política e social em defesa do Piauí:

A CIDADE

O nosso jornal A CIDADE continua a sua escalada rumo ao êxito completo. Jornal modesto e pobre, teve a cimentar o seu alicerce a cooperação amiga do povo teresinense, que sentia a falta de um transmissor dos seus sentimentos e defensor de suas causas. Órgão político que tem como bandeira a defesa do Piauí – pobre Piauí que se acha submergido na imensa escuridão da incapacidade do seu governante, sustentado apenas pelos corações fieis a Democracia – e, notadamente, a defesa dos teresinenses que se encontrem lesados em seus direitos – por esse governo, que bem não merece ser tratado como tal, – elevará sempre a sua voz altiva para desmascarar as violências e arbitrariedades, não deixando que o mais forte esmague o mais fraco, como se vem dando na “temporada” do Sr. Pedro Freitas, que chegou ao poder por um ato de violência jurídica.

Impondo-se á opinião popular pelo seu amor á verdade e sua elegância de expressões, (apanágio da boa imprensa) A CIDADE a cada dia que passa mais um degrau sobre na escala jornalística. [...]

A CIDADE é um jornal municipalista e estará presente a todos os ataques que sofram nossos correligionários cidadãos, para, com sua flamante palavra gráfica, defende-los levando ao conhecimento popular, os crimes praticados por este governo nefasto. [...] (A CIDADE. *A Cidade*. Teresina, 23 out. 1951, ano I, n. 26, p.

1)

Atribuindo para si a identidade de órgão político de oposição, *A Cidade* se institui como um periódico, que, além de acusar os erros, os crimes, as violências e arbitrariedades do governador pessedista Pedro de Alemendra Freitas, considera que, como vigilante do poder, daria bons conselhos ao governador através das críticas publicadas nas colunas, contribuindo

para o engrandecimento do Piauí. Logo, os redatores do jornal *A Cidade* afirmavam que as denúncias poderiam ser entendidas pelo leitor como uma demonstração da verdade de seus editoriais. Do mesmo modo, a oposição declarada não se devia a simples motivos políticos partidários, mas por considerarem que as práticas do governador eram indignas do apoio e da colaboração dos redatores que primavam pela transmissão da verdade dos fatos à opinião pública.

Firmando posição política, os jornalistas d'*A Cidade* imprimiam uma identidade profissional para si, segundo os interesses político partidários do jornal, sem perder de vista o papel da imprensa livre e democrática. Definindo seus propósitos, o jornal udenista informava nos seus discursos quais as práticas que deveriam ser adotadas por seus profissionais. Dentre as práticas aceitáveis no jornal, algumas ganharam materialidade discursiva, sendo assim definidas: elegância de expressão com sua flamante palavra gráfica; liberdade de pensamento, liberdade de palavra; manter a “eterna vigilância”; direito à crítica honesta, sensata e justa ao governo central e estadual, essa crítica, no entanto, não deveria ser de forma antiquada e sistemática, entendida como crítica de indivíduo para indivíduo que não passam de detrações. (Cf: NOSSA POSIÇÃO. *A Cidade*. Teresina, 19 out. 1951, ano I, n. 25, p. 1). As definições de suas práticas se davam ao mesmo tempo em que buscavam se diferenciar, principalmente, do veículo de oposição partidária, *Jornal do Piauí*, visto como um jornal “sem ideal, sem princípios, um porta-voz da facção pessedista no Piauí”. (OS TUBARÕES AMEAÇAM MATAR A FOME DO POVO DE TERESINA. *A Cidade*. Teresina, 17 nov. 1951, ano I, n. 32, p. 1)

Partindo do princípio de que a identidade é definida historicamente e se constrói a partir da diferença, da relação de alteridade de um *sujeito* ou um grupo social, com o *outro* (HALL, 2006, p. 13), entende-se que os redatores do jornal *A Cidade* do lugar institucional de fala, atuavam como um dispositivo do poder. Aproximando-se da proposta teórica de Michel Foucault, Stuart Hall (2006) propõe a noção de identidade relacionada ao “poder disciplinador”:

Em primeiro lugar, com a regulamentação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo [...]. O objetivo do “poder disciplinador” consiste em manter “as vidas, as atividades, o trabalho [...], sob estreito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas “disciplinas” das Ciências Sociais”. (HALL, 2006, P. 42)

Tal conduta é explicada pelo processo de construção de identidade que está sujeita a relações de poder e ao desejo dos diferentes grupos sociais de marcar, classificar e nomear o diferente, o *outro*. Todavia, esta diferenciação não é inocente, como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2012), é sempre estabelecida por meio de uma produção discursiva e simbólica que envolve os interesses e a cultura do grupo.

Sendo a identidade e a diferença uma produção social que se estabelece a partir das relações de poder, os redatores d'*A Cidade* tratando de marcar as diferenças entre as suas práticas jornalísticas e as do *Jornal do Piauí*, as identificavam e as classificavam como um tipo de jornalismo “choco”, “anêmico”, “estéril e inócua jornalzinho do Dedé”, “cacofônico porta-voz situacionista”, “porta-voz da copa do Governo”, “pasquim oficioso do Dedé”², dentre outros termos, que podem ser observados na citação abaixo:

PROFESSOR DAS ARÁBIAS

O “Jornal do Piauí”, vencido na investida estéril contra a administração do dr. João Mendes, sem argumentos para discutir conosco no campo sadio do jornalismo decente e educado impotente para defender o pai do chefe, das acusações, que desta coluna fazemos em nome do povo, tomou ares de professor de português de aldeia, e vem, desta vez, com um número maior de asneiras, no seu artigo de fundo.

Foge ao assunto que foi objeto do nosso editorial “Defesa Desnecessária”, descamba para o terreno perigoso das retaliações pessoais e se mete a criticar fatos particulares de cidadãos honestos, pecando contra a verdade, na linguagem baixa que lhe é costumeira, o Prefeito João Mendes.[...]

Os srs. redatores do “Jornal do Piauí”, em linguagem chã, num português de rastros, em que predomina o insulto, a injúria, a mentira, o desrespeito, procuram criticar a maneira como denunciemos ao povo piauiense a administração chocha e emperrada do sr. Pedro Freitas. Se os srs. pessedistas tivessem o cuidado de ler os seus mal redigidos artigos, fecundos em impropérios e insultos, certamente, poriam a viola no saco e cuidariam e corrigir a si próprios.

*Curtos de inteligência, falhos de argumentos, incapazes para defender um governo indefensável, sem motivos plausíveis para atacar a administração municipal, os gibis do Dedé, arremetem furiosamente contra a vida partícula do Prefeito de Teresina com uma série de infâmias e injúrias, que somente não surtirão o efeito desejado pelos infamadores, por que o povo piauiense conhece sobejamente o antro de onde partiu. [...]. [grifos meu] (PROFESSOR DAS ARÁBIAS. *A Cidade*. Teresina, 8 fev. 1952, ano I, n. 56, p. 1)*

² As expressões entre aspas deste parágrafo podem ser visualizadas nas matérias: GOVERNO SEM RUMO. *A Cidade*. Teresina, 23 nov. 1951, ano I, n. 34, p. 1; A POLÍCIA. *A Cidade*. Teresina, 7 ago. 1951, ano I, n. 4, p. 3; JORNAL DO PIAUÍ. *A Cidade*. Teresina, 2 out. 1951, ano I, n. 20, p. 1; CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. *A Cidade*. Teresina, 8 jan. 1952, ano I, n. 47, p. 1; PROFESSOR DAS ARÁBIAS. *A Cidade*. Teresina, 8 fev. 1952, ano I, n. 56, p. 1; CAVEIRAS HUMANAS. *A Cidade*. Teresina, 23 jul. 1952, ano I, n. 100, p. 1; RUDEZ EM FURIA. *A Cidade*. Teresina, 11 set. 1951, ano I, n. 14, p. 4; “ISCARIOTES...”. *A Cidade*. Teresina, 30 nov. 1951, ano I, n. 37, p. 1.

Através do discurso jornalístico, os redatores d'A *Cidade* produziam, fabricavam e enunciavam signos para identificar e punir as práticas executadas no jornalismo impresso no *Jornal do Piauí*. Como dispositivo do poder, A *Cidade* condena as práticas discursivas que utilizam as “retaliações pessoais, da linguagem chã, de um português de rastros, em que predomina o insulto, a injúria, a mentira e o desrespeito” (PROFESSOR DAS ARABIAS. A *Cidade*. Op. cit.) para construção das notícias, sobretudo, no início da década de 1950, em que se estruturava como instituição jornalística. As declarações negativas criadas, fabricadas, pelo discurso jornalístico d'A *Cidade* são compreendidas dentro dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, da cultura jornalística que a compõe.

Embora os redatores d'A *Cidade* fizessem críticas ao jornal político pessedista e estabelecessem padrões de comportamentos para o campo *sadio* do jornalismo no Piauí, muitas vezes, seus redatores faziam uso das mesmas práticas que condenavam. Falavam de ética jornalística, da necessidade de um jornalismo ético e de críticas honestas a serem praticadas pelos profissionais, contudo, sempre que o tema da notícia fosse assunto ligado à política ou se empregavam a falar do *outro*, entravam no campo das retaliações pessoais.

Denominavam os redatores do *Jornal do Piauí* como protegidos do governo, “apadrinhados” pelo filho do governador, “rabiscadores de papel”, “alinhavadores de palavras”, “operários da Imprensa Oficiosa” de “pança fofa”, “escrevedores de calúnia”, “palhaços de circo de ponta de rua, elementos sem compostura moral, sem dignidade, desclassificados” (COMENTÁRIOS. A *Cidade*. Teresina, 14 mar. 1952, ano I, n. 65, p. 1), “caveiras humanas em decomposição”:

CAVEIRAS HUMANAS

O pasquim oficioso da Capital piauiense, em sua edição de 3 dêste, entre suas costumeiras garatujas injuriosas, traz um artigo mentiroso, sob o título ADMINISTRAÇÃO DAS ARÁBIAS, em que elementos sem compostura moral, sem dignidade, desclassificados, simples CAVEIRAS HUMANAS em decomposição, procuram atirar a podridão de suas vísceras arruinadas, na pessoa inatacável do Doca Ribeiro, ex-Prefeito e atual Vice, da cidade de Piracuruca.

Aconselha a boa ética que se não dêsse ouvidos a gente dessa laia, pois uma só palavra a prestigiaria demais e imerecidamente. Entretanto, urge que se dê um esclarecimento aos menos avisados, a respeito do que, em verdade, se está verificando em Piracuruca, e qual o espírito de que se revestiu o testa de ferro que tem na terra dos Dantas o jornaleco do Cel. Pedro Freitas. [...]

Que ladrem os “Terra-Nova”, que zumbem as “varejeiras” – É sinal de que o mísero intestino, embora corroído sob todos os aspectos, ainda está necessitando de algum alimento que lhe proporcione pouco de vida, apenas o suficiente para observar que a verdade, a vergonha, a moral, a dignidade, são os caracteres principais que identificam a pessoa humana que, de fato, merecem ocupar um lugar

na sociedade civilizada, podendo, por conseguinte, ser diferenciada, dos animais irracionais.

Por hoje, basta. Aguardemos os acontecimentos, pois, quem rir por último, sempre rir melhor.

Que a opinião pública diga o que me faltou dizer.

(CAVEIRAS HUMANAS. *A Cidade*. Teresina, 23 jul. 1952, ano I, n. 100, p. 1)

Embora os redatores d'A *Cidade* adotassem as mesmas práticas discursivas denunciadas como impróprias para o campo do jornalismo piauiense, este se colocava na posição de definir a identidade e marcar a diferença a partir do seu ponto de vista. Assim, por meio do processo de produção discursiva e de sentidos, construía sua identidade a partir da diferenciação.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2012), onde existe diferenciação, o poder encontra-se presente. Suas marcas estão presentes no ato de *incluir, excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar* uma identidade que passa a ser utilizada como ponto de referência, para atribuir sentidos ao *outro*, para diferenciar-se do *outro*. Tanto a identidade quanto a diferença são impostas, são disputadas dentro de um campo hierárquico de poder, em que um grupo social se coloca no privilégio de *classificar* e atribuir diferentes valores, sentidos, símbolos, signos a partir do lugar cultural e institucional que ocupa.

O autor entende o processo de *classificação* como um ato de significação pelo qual o mundo social é organizado e ordenado em grupo, em classes. Assimétrico, o poder desfrutado pelos grupos sociais, pelas classes, é hierarquizado, polarizado de maneira que somente um dos polos, grupo ou classe tenha o privilégio de receber um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. A partir do momento em que um grupo fixa uma determinada identidade como *norma*, ela é utilizada como parâmetro para avaliar, incluir, excluir, classificar, demarcar fronteiras, nomear e hierarquizar.

Arbitrariamente estabelecida uma identidade como *norma*, o seu processo é uma manifestação do poder no campo das identidades e da diferença. Para Tomaz Tadeu da Silva (2012), normalizar significa:

[...] atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. [...]. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. [...] A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada



pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. (SILVA, 2012, p. 83)

Apesar do esforço de fixar uma identidade numa relação de alteridade com o *outro*, a fixação é uma impossibilidade (SILVA, 2012). Sendo a identidade móvel, o seu processo de produção oscila entre dois movimentos: o de fixar e estabilizar e o de complicar e subverter a identidade imposta. As tentativas de demarcar as fronteiras não impedem a mobilidade entre os diferentes territórios simbolicamente definidos pela identidade. Assim, para a teoria cultural contemporânea, conceber a(s) identidade(s) como fundamentalmente separada(s), dividida(s) e segregada(s) pode ser um equívoco, posto que ainda se deva considerar o *hibridismo* no processo de produção das identidades.

Nesse sentido, embora os jornais se autodefinissem a partir da sua posição política e partidária como udenista, pessedista ou independente, as identidades dos jornalistas nem sempre acompanham a mesma ordem de classificação e normalização de nomeá-los em udenistas, pessedistas ou independentes, respectivamente. Logo, a circulação dos jornalistas nas redações dos jornais de mesma posição partidária ou da oposição fez com que, mesmo que guardassem alguns traços da identidade do lugar institucional e cultural que estava inserido, sua identidade se formava por meio do *hibridismo*.

Tomaz Tadeu da Silva (2012) acentua que a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Isto permite o deslocamento dos sujeitos entre as fronteiras demarcadas da identidade e entrar nos territórios simbólicos de diferentes identidades. “Estar na fronteira” ou “cruzar a fronteira” significa não apenas mover-se entre os diferentes territórios, mas, igualmente, não respeitar os sinais que artificialmente demarcam os territórios das diferentes identidades. Conclui o autor argumentando que:

a possibilidade de “cruzar a fronteira” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas. O “cruzamento da fronteira” e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade. (SILVA, 2012, p. 88)

A identidade, assim como a diferença, está ligada a estruturas discursivas e narrativas com estreitas conexões com as relações de poder. Nesse sentido, mesmo que os jornalistas piauienses recebessem, por extensão do jornal ao qual estavam vinculados, a *mácula* de udenista, pessedista ou independente, por se empregarem ao ofício de acusar/defender, denunciar/silenciar, depreciar/elogiar e imprimir juízos às ações políticas e administrativas



daqueles que ocupavam o cargo de chefe do executivo estadual e municipal no Piauí, suas identidades não podem vistas da mesma maneira.

A produção discursiva das dicotomias entre os jornais locais estava mais interessada em condenar as práticas jornalísticas, a partir do estabelecimento de normas ligadas ao exercício da profissão, classificar e normalizar as práticas dentro daquilo que reivindicavam como um monopólio do saber jornalístico ético e objetivo para determinar normas. Neste intuito, as diferenças entre o *eu* e o *outro* eram marcadas tanto sob o ponto de vista da intelectualidade dos redatores, quanto da perspectiva da visão moralizadora e civilizadora da imprensa de ser a porta voz da verdade, sem que deixassem, por exemplo, de opinar e objetivar as práticas divergentes.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. [Trad. Fernando Tomaz]. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Sobre a televisão*. [Trad. Maria Lúcia Machado]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. [Trad. Lucy Magalhaes]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. [Trad. Raquel Ramallete]. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b.
- _____. *A arqueologia do saber*. [Trad. Luiz Felipe Baeta Neves]. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. [Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio]. 19. ed. Edições Loyola, São Paulo, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. [Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro]. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- _____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodiaco, 1996.
- RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- _____. *Jornalismo, cultura e poder*. Teresina: EDUFPI, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. 2. ed., v. 1, Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. 2. ed., v. 2, Florianópolis: Insular, 2008.
- Fontes:**
Jornal “O Dia”: Edições 1951 a 1962;
“Jornal do Piauí”: Edição de 1952
Jornal “A Cidade”: Edições de 1951 e 1952
Jornal “Folha da Manhã”: Edições de 1958 a 1962